



Tenente-General José Lopes Alves

Eventos Preliminares das **GUERRAS AFRICANAS** de **1961-1974***



Fazendo hoje parte do Exército e dos outros ramos das Forças Armadas, alguns dos quais se encontram presentes nesta sala, muitos militares, talvez a maior parte, que não viveram a nossa guerra colonial de 1961 a 1974, a guerra de Subversão e de Contra-Subversão de 13 anos de que resultaria a independência dos então territórios portugueses de África, da Ásia Meridional e da Oceânia, e iniciando-se também hoje a comemoração do cinquentenário do seu começo, tenho por mim útil orientar

esta comunicação pela rememoração dos eventos mais relevantes dos anos cinquenta e sessenta do século passado, ou seja, dos que nos afectaram no conturbado período que, após o termo da Segunda Guerra Mundial, foi marcado por insidiosa Guerra Fria, e dos que, deles decorrentes, caracterizaram depois as décadas de sessenta setenta do mesmo período. Alimentada pelas duas super-potências que sobressaíram daquela guerra, os Estados Unidos da América e a Rússia Soviética, a Guerra Fria alongar-se ia, como nos recordamos, até 1986/1988,



Sinais de vitória de crianças angolanas, em Julho de 1975.

Os “ventos da descolonização” que então começaram a soprar haviam-se fortalecido durante a Segunda Guerra Mundial ao serviço de nacionalismos adormecidos e expandir-se-iam depois por todos os continentes

Abril de 1949, pelos países do Ocidente, e do Pacto de Varsóvia em Maio de 1955, como resposta, do lado da Rússia Soviética e da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963. A OUA contava então, 53 representantes do continente africano e eram seus principais animadores e activistas o Imperador Hailé Salasié, da Etiópia, pretenso amigo de Portugal, o primeiro ministro Nehru, da União Indiana, declarado inimigo, e o presidente Bourguiba, da Tunísia, partidário mais moderado, mas activo, das independências, que acompanhou moralmente e materialmente Holden Roberto da União dos Povos de Angola (UPA) na sua luta.

Era nestas organizações políticas internacionais que desde o seu início se debatia, em regra negativamente, o prosseguimento do colonialismo por parte de países europeus e, pelo que só nós dizia respeito ao nosso país, se discutiam documentos através dos quais insistíamos em justificar a nossa posição política. Nessa altura, a Rússia e os Estados Unidos, cada qual empenhado em superiorizar-se ao outro no âmbito da Guerra-fria e dos domínios político e estratégico que lhes interessavam, jogavam já no apoio à descolonização ainda que de modo diferente: a Rússia directamente e através de um ou outro dos Países Satélites ou de outros de orientação comunista, como Checoslováquia e Cuba; os Estados Unidos também directamente, mas fortemente aferrados à ideia de que o seu país havia nascido também de uma guerra de descolonização e independência levada a efeito de 1773 a

data em que o presidente russo Michael Gorbachev decidiu por fim ao sócio, ao comunismo no seu país, arrastando na sua queda sistemas análogos dos países do Pacto de Varsóvia, que controlava, e pondo em sobressalto o marxismo-leninismo-maoísmo global.

Foram os mais importantes desses eventos, que tanto viram a influenciar também, e de que maneira, a vida portuguesa: a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), em

UN Photo J.P. Laffont



Conferência Anti-Colonialista de Bandung, em 1955.

1776 contra o domínio da Inglaterra e que havia que apoiar consequentemente todos os territórios ainda colonizados.

Os “ventos da descolonização” que então começaram a soprar e cuja realização tomaria por sistemas de actuação a Subversão e a Revolução assentes nas práticas marxistas que já tinham obtido êxito na Rússia dos Czares, em 1917, e na Espanha dos anos trinta anteriores à sua guerra civil de 1936-1939, haviam-se fortalecido durante a Segunda Guerra Mundial ao serviço de nacionalismos adormecidos e expandir-se-iam depois por todos os continentes. Constituíram um dos principais veículos dessa expansão os combatentes de países africanos e asiáticos de todas as raças que participaram na guerra, nomeadamente os que serviram nas fileiras dos exércitos francês, inglês e americano, e que nela foram sujeitos aos mesmos sacrifícios que todos os outros combatentes.

A expansão dos “ventos” aos continentes africanos e asiático, assentava, também, de início, em activa censura do subdesenvolvimento local e, logo a seguir, na férrea vontade dos movimentos subversivos de expulsarem os países dominadores e assumirem eles o Poder. Quando esta segunda razão surgiu, deixaram de constituir bandeira da luta as que se ligavam à falta de progresso, de cultura e todas as outras, visando-se simplesmente que o país dominador abandonasse o território em causa e entregasse o poder aos naturais.

Seria na Conferência Anti-Colonialista de Bandung, em 1955, entre países africanos e asiáticos, e na sua análoga do Cairo, dois anos depois, esta também já com representantes de países árabes, que se afirmou ao Mundo “O direito de todos os povos à soberania, a igualdade de todas as nações, a recusa do neo-colonialismo, a recusa da ingerência estrangeira nos seus problemas e conflitos internos e o

banimento de todo o tipo de discriminação social”.

Os resultados que advieram desse período de ambiente subversivo e revolucionário do século passado, desde logo mercedores da aprovação ou indiferença da maioria dos membros da ONU e duas super-potências antagonistas da Guerra Fria, que vigorava, foram imensos e volumosos, ainda que na sua maioria instáveis, e deram à estrutura do mundo das nações uma nova imagem. Destacam-se entre os mais importantes: a Guerra da Indochina (1948-1954), a subversão na Malásia (1950), a revolta da tribo dos Mau-Maus, no Quênia, (1952-1954), a subversão e revolução no então Zaire ou Congo, hoje República Democrática do Congo (1957-1959), as subversões no Chipre (1955-1960), Síria, Palestina, Argélia, Marrocos e, sucessivamente, nos nossos próprios territórios africanos de Angola (1961), Guiné (1963) e Moçambique (1964) que se estenderam até 1974.

O ambiente internacional foi-se tomando assim mais denso e mais hostil para os países europeus com domínios coloniais, quer no âmbito externo, quer, à medida que as lutas prosseguiam, também no âmbito interno. E, cansados de lutas e não encontrando ambiente populacional e possibilidades de as continuarem, todos os governos europeus, com excepção do nosso, procurando, no entanto, garantir a sua futura influência e os seus interesses nos novos países em embrião, cederam. Foram os casos da França que, sob pressão do General De Gaulle, concedeu a independência a todos os seus domínios ultramarinos em 1958 (a Argélia só em 1962), da Bélgica em 1959, da Inglaterra em 1963 e da Espanha (Marrocos e Saára Ocidental), em 1975. O último país africano a ter acesso à independência seria a Namíbia, antigo território alemão administrado pela República da África do Sul sob mandato das Nações Unidas, em 1990.

No âmbito desta situação mundial de alterações e de intranquilidade no pós-Segunda Guerra, marcaram politicamente e estrategicamente a vida da Nação Portuguesa e das suas Forças Armadas os seguintes eventos dominantes:

- Entrada na Aliança Atlântica em 1949;
- Eclosão de instabilidade no Estado Português da Índia, nomeadamente em Goa, em 1954, estendida depois por toda a década de cinquenta;
- Eclosão da subversão em Angola, em Fevereiro de 1961;
- Invasão e ocupação do Estado da Índia pelas forças armadas da União Indiana em Dezembro do mesmo ano de 1961;
- Eclosão da subversão na Guiné em 1963 e em Moçambique em 1964;
- Revolução de 25 de Abril de 1974.



Intervenção da União Indiana

Internacionalmente pressionado, nomeadamente pelas exigências da União Indiana sobre o Estado Português da Índia e da actividade dos líderes políticos dos nossos territórios africanos que se extremavam em esforços para atingirem o seu objectivo, a independência, Portugal proclamou desde logo a seguinte posição irreductível: “os ventos da descolonização ou da independência não lhe diziam respeito, visto a sua estrutura geopolítica ser, desde sempre, a de uma Nação una e indivisível”, estando, no entanto, disposto a fornecer sobre ela à Comissão de Descolonização da ONU todos os elementos de informação global ou parcelar que não colidissem com a sua soberania”.

Esta posição foi sendo mantida ano após ano, mas a União Indiana seria o nosso primeiro adversário a hostilizá-la abertamente. Deste modo, já independente da Inglaterra desde 15 de Agosto de 1497 e tendo levado logo a seguir a França a abandonar as suas velhas feitorias na costa ocidental da Península do Hindustão, quis que Portugal lhe seguisse o exemplo, reforçando essa exigência em 1954 com a ocupação pacífica do nosso enclave de Nagar-Avelly no distrito de Damão. Todavia, como resposta, o governo português determinou o reforço imediato da guarnição militar de todo o Estado, o qual, iniciado naquele mesmo ano de 1954, atingiria em 1955 cerca de 8000 efectivos – 7000 do Exército de todas as armas (quatro batalhões de caçadores, cinco baterias de artilharia, quatro esquadrões de reconhecimento e uma companhia de engenharia),

A posição de Portugal foi sendo mantida ano após ano, mas a União Indiana seria o nosso primeiro adversário a hostilizá-la abertamente.

250 da Marinha (com 3 navios), 650 da Polícia e 250 da Guarda Fiscal.

Perante esta atitude de Portugal, as reivindicações do governo indiano iriam continuar de forma activa, embora não no modelo de subversão interna das populações por sua pressão psicológica e apoio, explorando a projecção internacional da nossa não cooperadora posição e visando criar instabilidade nos três distritos do Estado, foram encetadas acções de resistência passiva das populações e “satiaghraas” nas principais cidades e vilas do Estado, a que se seguiram ataques a postos da Polícia, Guarda Fiscal e do Exército, que nos produziram algumas baixas. Estas acções, que tiveram sempre como principal teatro o distrito e a cidade de Goa, a capital do Estado, estenderam-se depois com as mesmas características até 1957 e, mais atenuadas, até à data da invasão e ocupação do Estado em 17 e 18 de Dezembro de 1961, quando já estava instalada havia nove meses a subversão em Angola.

A invasão, que teve lugar num fim-de-semana, período em que, teriam imaginado as forças armadas da União, as nossas tropas estariam menos vigilantes, foi desencadeada contra um efectivo total de, então, apenas 5435 portugueses – 4200 em Goa, 800 em Damão e 435 em Diu – dado que a guarnição anterior de 8000 homens havia entretanto sido reduzida, por 1959, para prover à defesa dos territórios africanos. O corpo de exército de 45000 homens empenhado em dois escalões pela União Indiana com largo apoio de meios aéreos e navais, actuou com “um potencial relativo de combate de oito indianos bem armados e equipados para um português com deficiências de armamento, munições e equipamento, com reduzidíssimo apoio naval e total ausência de apoio aéreo”.

Sem dúvida que a invasão do Estado beneficiou, de facto, do nosso então já efectivo empenhamento no teatro de Angola, constituiu apoio político, moral e psicológico para os três movimentos subversivos africanos, foi realizada com o regozijo da quase totalidade dos países do Globo e a indiferença dos restantes e, em consequência, “Portugal perderia a primeira das três parcelas do Império, estou a pensar também em Macau e Timor, as quais vinham marcando a sua presença de cinco séculos em terras do Oriente”.

Expressão do Poder Político

Pelo que se afirma e como sucedia com os militares responsáveis e com os cidadãos mais esclarecidos, o poder político tinha, portanto, clara consci-

ência da ameaça subversiva que pairava sobre as parcelas do Todo Nacional e da necessidade urgente de se organizar e reunir meios para evitar a sua eclosão e, se esta sucedesse, de impedir, como mandam as normas, o seu desenvolvimento. No entanto, quer no Metrópole, quer no Ultramar, muitos portugueses havia, civis e também militares, que propalavam a ideia de que as populações negras ou menos evoluídas dos territórios ultramarinos eram gente boa, humilde, prestável e respeitadora e, portanto, incapaz de agir contra o sistema político e social em que localmente se vivia, acrescentando que qualquer pequena admoestação seria suficiente para neutralizar na sua origem qualquer atitude do domínio subversivo que eventualmente surgisse. E seriam esses mesmos portugueses que, mais tarde, quando se deu a grande hecatombe de 15 de Março de 1961, alimentando, então, perigosamente o “período de inércia da defesa”, diziam ser esse evento apenas assunto de polícia e, a seguir, à medida que a mancha subversiva se expandia e engrossava, que se tratava então de problemas de comandante de pelotão, primeiro, e de comandante de companhia, a seguir, menosprezando uma escaldante situação que viria a requerer de imediato, e depois durante treze longos anos, algumas centenas de batalhões, dezenas de agrupamentos e sectores e algumas zonas de operações.

Deste modo, embora tomando medidas, se não prontas, imediatas contra o movimento subversivo, seria enfrornado também um pouco no sentimento anterior que o poder político se dispôs a fazer-lhe face e a propalar a forma como continuava a ver a descolonização e a atitude de força que, em contra-subversão, se propunha realizar. Então, os países europeus e americanos, em especial os nossos alia-

Coluna mobilizada para a reconquista da roça Beira Baixa no norte de Angola (1961).



Wikimedia Commons

A difusão da mensagem “Portugal uno e indivisível do Minho a Timor” esteve sempre ericada de dificuldades, resultando clima de mau relacionamento político quase global, ainda que alguns dos nossos políticos se empenhassem em o melhorar”

dos da Aliança Atlântica, ponderando novamente sobre essa política e sobre os factores em que assentava, cedo concluíram que o poder político português continuava a vogar longe da realidade geopolítica que estava a formar-se e a desenvolver-se em todos os continentes. E, em consequência, à medida que os meses e anos foram decorrendo, apenas com ameaças de subversão ou com movimentos já activos e mais ou menos instalados, a maior parte desses países foi-nos deixando isolados, primeiro, como foi dito, porque o apoio da política portuguesa poderia prejudicar-lhe futuro relacionamento com os novos países que iriam surgir e porque tinham de ser coerentes com as ideias sobre colonialismo que informavam as suas próprias populações. São exemplos desses países a Bélgica, a Holanda, a Dinamarca e a Noruega, no âmbito da NATO, e a Espanha e o Brasil, estes historicamente irmãos e amigos. Concretamente, em relação aos dois últimos, os seus governos apoiavam-nos nas reuniões internacionais sempre que os seus interesses políticos não eram prejudicados e abandonavam-nos à nossa sorte no caso contrário, ainda que algumas vezes, mesmo com seu prejuízo, nos acompanhassem nas votações que nos hostilizavam.

Lembre-se, a propósito, que nos tempos de hoje o Brasil, por acordos bilaterais ou no quadro da Comunidade de Povos de Língua Portuguesa, é grande aproveitador do fim da colonização portuguesa em todos os seus ex-territórios do Ultramar e que a Espanha, afastada nos fins do século XX do seu conhecido sonho de se tornar o grande herdeiro do Império Português, como sucedera nos fins do século XVI, estará hoje também a afirmar-se

em alguns desses países que há trinta e seis anos estavam sob nosso domínio.

Acrescente-se, em conclusão, sobre a acção do nosso poder político nos períodos pré-subversivo e subversivo, que a sua posição de base foi sempre de aceitação difícil ou inaceitável a nível internacional, não concitando a aprovação da generalidade dos outros países, o que se deu mesmo quando lançou a ideia, que, aliás, se revelou posteriormente verdadeira, de que Portugal estava em África numa cruzada contra a expansão do Comunismo ou, mais concretamente, contra os interesses da Rússia e da China Popular nessas áreas.

A difusão da mensagem “Portugal uno e indivisível do Minho a Timor” esteve, assim, sempre erigida de dificuldades, resultando clima de mau relacionamento político quase global, ainda que alguns dos nossos políticos se empenhassem activamente em o melhorar. Na realidade, a ideia de firmeza da nossa posição em que assentava a mensagem, contrária à da generalidade dos países, não facilitava esse relacionamento. Aos poucos que nas piores horas se postaram a nosso lado, devem juntar-se a República da África do Sul e a Rodésia para os quais a nossa contra-subversão de Angola e Moçambique constituía barreira que protegia os seus interesses, apoiando-nos por isso no exterior e, volumosamente, no interior com meios de material, nomeadamente, e pessoal, sempre que solicitados.

Expressão do Sector Militar

Era, porém, felizmente, diferente do relacionamento político no cumprimento da missão fixada pelo poder de manter a integridade do Território Nacional, o que se verificava no âmbito militar. De facto, “ao invés do relacionamento que os políticos procuravam e não obtinham, conseguiu-se, logo com início nos anos cinquenta, montar e desenvolver profícuo relacionamento militar com as Forças Armadas de outros países o qual iria contribuir para que as nossas Forças se pudessem empenhar durante tantos anos, treze, na luta contra o inimigo subversivo. Realizavam esse relacionamento, com o aplauso natural do poder político, quer os Estados-Maiores por via pessoal e funcional dos seus chefes, quer os muitos oficiais e sargentos que frequentavam cursos, estágios e participavam em exercícios internacionais nas forças dos Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e Espanha, quer ainda os que se empenhavam em contactos técnicos e logísticos decorrentes da aquisição e recepção de numeroso material de guerra e equipamento obtido por acordos bilaterais ou nos termos das necessidades impostas pela Aliança Atlântica.



Havia alguns e bons políticos que cooperavam na manutenção e exploração deste relacionamento militar. Um exemplo, apenas, o do Embaixador Caldeira Coelho, quando Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e colaborador próximo do General Câmara Pina.

É de justiça realçar que, apesar de não o conseguirem no seu domínio, havia alguns e bons políticos que cooperavam na manutenção e exploração deste relacionamento militar sempre que nas suas funções lhes surgia oportunidade de o fazerem. Um exemplo, apenas, o do Embaixador Caldeira Coelho, quando Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e colaborador próximo do General Câmara Pina nos problemas do Conselho e da Assembleia Geral da NATO, de que este era membro, no início da década de setenta.

É de destacar neste bom relacionamento militar o verificado com a França na guerra de independência que então travava contra os patriotas argelinos, o qual constituiria o nosso primeiro contacto real com o fenómeno subversivo que estava a instalar-se no Globo. Esse relacionamento, entre outros, foi aí realizado através de visitas e estágios de oficiais e sargentos e da participação em algumas das suas operações.

Reorganização das Forças Armadas Do Ultramar

Tomada, deste modo, indispensável logo no início dos anos cinquenta, pelos imperativos da Aliança Atlântica, pela pressão crescente da União Indiana e pela ameaça subversiva, a reorganização do Exército na Metrópole e no Ultramar, neste apre-



Arquivo JE

A reorganização do Exército no Ultramar apresentou-se desde logo prejudicada pela precariedade, nomeadamente em qualidade, do recrutamento local.

sentou-se desde logo prejudicada pela precariedade, nomeadamente em qualidade, do recrutamento local. A reorganização teve, no entanto, de assim prosseguir, embora sem a pressa que era necessária, mas sofreria atraso pelo fim da década quando graves alterações da ordem pública no então Zaire ou Congo contra o domínio da Bélgica, que acabaria por lhe conceder a independência em 1959, como já foi referido, nos obrigaram a reforçar rapidamente a fraquíssima guarnição que então existia no território angolano.

Também a Força Aérea, transformada em ramo independente em 27 de Maio de 1952 pela fusão da Aeronáutica Militar com a Aviação Naval, estava desde 1958 a proceder à sua reorganização. Constituíra então em Angola com o Arquipélago de São Tomé e Príncipe a 2.^a Região Aérea e dispunha no conjunto Angola – Moçambique de três bases aéreas, 40 aeródromos-base, de manobra ou de recurso, todos eles em trabalhos de manutenção, equipamento e de extensão e alargamento de pistas. Concretamente em Angola, pelo início da Subversão em 1961, possuía a Base Aérea de Luanda e os aeródromos-base do Negage, na zona norte, e de Henrique de Carvalho, na zona leste, com, no conjunto, dois aviões PV, 6 Nord-Atlas e alguns Auster e Dornier, estes de reconhecimento e observação. Pelo que respeita a tropas, a Força Aérea fez seguir para Luanda em 13 de Abril de 1961 a sua primeira companhia de pára-quedistas, estes na altura orgânicos do ramo.

Do mesmo modo e com dificuldades análogas às do Exército e da Força Aérea, a Marinha procedeu no mesmo período e posteriormente à reorganização e reforço dos seus meios no Ultramar, destacando-se a criação em Maio e Outubro de 1958 dos comandos navais de Angola e Moçambique, respectivamente, a reactivação dos seus Fuzileiros Especiais, primeiro com pessoal metropolitano e mais tarde com naturais dos territórios, e a criação de condições locais, de que não dispunha ainda inteiramente, para que os seus navios pudessem visitar regularmente os territórios e ali permanecer se necessário.

Tendo procedido a esta reorganização nesse tempo e prosseguindo-a depois com a possível continuidade, os três ramos ficaram então mais aptos a cumprir em condições aceitáveis, quer as missões decorrentes da ameaça comunista de Leste, em proveito da NATO, quer as que iriam surgir da ameaça subversiva latente por todo o Ultramar. Sem dúvida que a preparação exclusiva orientada para Aliança Atlântica era também de interesse para combater a subversão, principalmente se, na sua evolução, atingisse a fase de empenhamento clássico, de luta militar, o que, felizmente para nós, se não verificou.

Eclosão da Subversão em Angola

O território de Angola seria, efectivamente o primeiro a ser afectado pela acção subversiva, ti-

rando partido do ambiente internacional já descrito, que nos era muito desfavorável, explorando nomeadamente a campanha desencadeada por Nehru contra o Mundo Português, do qual se tomaria nove meses depois o segundo agressor.

O movimento subversivo teve como palco preliminar, em 11 de Janeiro de 1961, a revolta dos trabalhadores do algodão na Baixa do Cassange, no leste do território, contra as condições de trabalho a qual foi rapidamente reprimida com muitas vítimas entre os revoltosos. Seguiu-se em 4 de Fevereiro, o ataque de elementos do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), dirigidos pelo cônego Manuel das Neves, a esquadras da PSP e a prisões de Luanda, tendo este surto subversivo continuado em 15 de Março e dias seguintes pelo selvático e sangrento ataque de apaniguados da UPA no norte do território contra fazendas, casas isoladas, populações e trabalhadores pretos bailundos que nelas se ocupavam, causando perto de 1800 mortos entre os brancos, sem distinção de sexo ou idade, e 3000 a 6000 entre aqueles trabalhadores e numerosas destruições. A surpresa deste último ataque foi geral, embora, como se verificou depois, não o devesse ter sido, como geral foi, como já se referiu, a falta de meios de força para prontamente lhe fazer face. Na realidade, contava-se então apenas para todo o território, para intervenção imediata, com escassos meios de Polícia, três regimentos de infantaria muito desfalcados, um grupo de cavalaria possivelmente nas mesmas condições e três companhias de caçadores especiais, num total de 5000 militares naturais e 1500 militares metropolitanos mas, na realidade disponíveis por razões várias, apenas se podia contar com cerca de 1000 efectivos europeus e 1200 africanos para um território de 1246700 quilómetros quadrados.

A surpresa foi grande, como se disse, e o “período de inércia da defesa” que se lhe seguiu foi muito longo visto só a 14 de Abril, 33 dias depois do violento e sangrento ataque, terem chegado a Luanda por via área uma companhia de caçadores especiais e a 21, por via marítima, três batalhões de caçadores e outras, estas pequenas, unidades. Nesse largo intervalo dera-se em Lisboa a tentativa de golpe do General Botelho Moniz, então Ministro da Defesa, em 13 de Abril, que visava substituir o presidente do Conselho de Ministros, Doutor Oliveira Salazar, e alterar a política ultramarina por ele decidida e registaram-se por toda a Angola atitudes de violência vingativa de brancos contra os indígenas angolanos que se saldaram também por muitas centenas de mortos.

A povoação de Nabuangongo, no centro norte do território, que havia sido ocupada pela UPA e

O movimento subversivo teve como palco preliminar, em 11 de Janeiro de 1961, a revolta dos trabalhadores do algodão na Baixa do Cassange, no leste do território, contra as condições de trabalho, a qual foi rapidamente reprimida, com muitas vítimas entre os revoltosos”

declarada capital do estado angolano subvertido, só seria retomada em princípios do mês de Agosto seguinte, quase cinco meses depois da eclosão do surto subversivo.

Missão da Contra-Subversão

Como já se pode concluir, constituía missão da Nação em geral e das Forças Armadas em particular, permanentemente propalada pelo poder político, “garantir Portugal uno e indivisível do Minho a Timor”, mas, perante a Subversão eclodida, impunha ao seu cumprimento por todos os sectores do Estado que contra ela devessem actuar os seguintes condicionamentos:

- Actuação em contra-guerrilha, mas sem hostilização do inimigo além-fronteiras para não agravar um ambiente internacional que já nos era desfavorável;
- Captação das populações indígenas pelo desenvolvimento em todos os domínios e por acção psicológica;
- Acção diplomática permanente no exterior em apoio das intervenções no interior.

Constatou-se sobre estes condicionamentos: que a não hostilização do inimigo além-fronteiras foi geralmente respeitada nos teatros de Angola e Moçambique, mas com pesar, diga-se, dos nossos combatentes por implicar a não exploração do sucesso de



Captação das populações indígenas pelo desenvolvimento em todos os domínios e por acção psicológica.

acções em casos em que poderia ter sido rentável; que a acção psicológica sobre as populações, já ou não subvertidas, se tomava difícil por falta de meios adequados e de tempo e pelo escasso grau de cultura que na generalidade revelavam; finalmente, que a acção diplomática no exterior foi obtendo sucessivamente menos resultados por, como foi dito, partir de parâmetros inaceitáveis para a larga maioria dos alvos a que se dirigia.

Ainda sobre o cumprimento da missão estabelecida, não é demais proclamar que os reais saturação e cansaço decorrentes do alongamento da luta foram, até fins de 1974, sempre ultrapassados pela ética individual e colectiva das tropas, como naturalmente se exigia, mas que o poder político jamais soube aproveitar o seu crescente sacrifício e, por arrastamento, o das suas famílias e de todas as populações, metropolitanas e ultramarinas. Este sacrifício, que muitos cidadãos estrangeiros, civis e militares, acompanhavam com admiração por expressar ingente tentativa, isolada no Mundo, de remar contra “os ventos da história”, cessaria efectivamente quando novo poder político, surgido em 25 de Abril de 1974 no seio dos próprios combatentes, determinou o fim do conflito em todo o Território Nacional.

Efectivamente, na generalidade do pensamento militar de entidades individuais, países e organizações amigas, considerava-se em relação ao mesmo sacrifício o que o comandante John P. Cann, da Marinha Americana, sintetizou num dos seus livros, quando escreveu:

“As forças armadas portuguesas foram confrontadas com a difícil tarefa de ganhar uma guerra de libertação nacional numa época em que já não era prudente conservar um império colonial, tendo, entre 1961 e 1974 de se empenhar simultaneamente e ambiciosamente em três campanhas de contra-subversão e isto apesar de não ser um país rico nem evoluído e, pelo contrário, ser o menos rico da Europa ainda com domínios ultramarinos. Mas, apesar disso, empenhou-se à sua maneira e com as suas possibilidades a milhares de quilómetros da sua Metrópole durante treze anos contra os insurrectos e contra o espírito de um Mundo que os apoiava material, doutrinária e psicologicamente”.

Foram estas, na verdade, a finalidade da nossa missão e a forma, longa no tempo e no espaço, como estoicamente a cumprimos em todos os ramos e escalões até ao momento em que, pesando a realidade da hecatombe e atendendo aos anseios das populações ultramarinas e metropolitanas, o poder político ou o poder político-militar surgido em 1974 lhe pôs fim. Assim terminou, bem ao serviço da Nação, um comportamento das Forças Armadas que durante mais de trinta e cinco anos, desde 1926, e a seguir durante mais treze, estes com permanente sacrifício da vida, acompanhou e apoiou um poder político que em dada altura se revelou desligado da evolução que se verificava em todos os cantos do Mundo.

Considerações Finais

[...] Antes, porém, queria ainda fazer recordar e exaltar mais cinco aspectos da nossa Contra-Subversão no ex-Ultramar:

- É o primeiro o esforço de preparação dos quadros de oficiais e sargentos desenvolvido por toda a década de cinquenta e, posteriormente, no período de luta efectiva já com a experiência adquirida, pelos institutos, escolas superiores, escolas práticas e centros de instrução dos três ramos.

- É o segundo a elaboração e difusão de doutrina para a mesma luta, de que são exemplo no Instituto de Altos Estudos Militares, nos anos lectivos de 1961 a 1963, o Guia da Guerra Subversiva, em cinco volumes, que substituiria o Guia para o emprego

Não é demais proclamar que os reais saturação e cansaço decorrentes do alongamento da luta foram, até fins de 1974, sempre ultrapassados pela ética individual e colectiva das tropas

das pequenas unidades na contra-guerrilha, elaborado e distribuído pelo Estado-Maior do Exército em 1961, e as Normas de Execução Permanente que, seguidas e sucessivamente melhoradas pelos diversos comandos ultramarinos, constituiriam para a luta uma “bíblia” indispensável.

- É o terceiro o largo recurso a que se procedeu nos anos sessenta a meios de pessoal, equipamento e material inicialmente hipotecados à Aliança Atlântica quando os outros se tornaram insuficientes, sendo dos regimentos de infantaria 2, 7 e 15 os primeiros batalhões “atlânticos” divisionários a serem mobilizados e passando então a luta no Ultramar a ter exclusiva prioridade.

- É o quarto aspecto, o relativo à força do inimigo subversivo. É de lembrar que com excepção do Teatro de Operações da Guiné onde ele extravasou

em certa medida as nossas potencialidades materiais, – emprego de mísseis “Strela” – nos Teatros de Angola e de Moçambique defrontámos sempre o que se denominou “um inimigo à nossa medida”. Na realidade, quanto a efectivos, para além do apoio natural de populações das áreas subvertidas, esse inimigo dispunha apenas, em qualquer dos teatros, ao que se estima, de meia dúzia de centenas de guerrilheiros no início da Subversão em 1961 e de meia dúzia de milhares no seu termo em 1974.

- Finalmente o último aspecto diz respeito ao espírito com que se exercia a Contra-Subversão, perante uma situação política interna que a muitos desagradava. Para expressar a sua verdade, vou servir-me pela segunda vez, com vénia, do texto de um artigo da revista “Mais Alto” da Força Aérea, da autoria do General Brochado de Miranda que foi seu Chefe do Estado-Maior.

Escreveu, de facto, o general, com verdade no referido artigo em relação ao pessoal que combateu no ultramar:

“...Mobilizado, marchava-se, não se olhava a políticas ou, se olhava, esquecia-se...Eram os interesses do País que estavam em jogo, nomeadamente em África, não se levantava dúvidas quanto à legitimidade do que ia fazer-se nem se padecia de crise de consciência, de condicionamentos ideológicos, nem de dúvidas quanto à preparação recebida... Mobilizado, marchava-se por vezes apreensivo, mas jamais admitindo não cumprir... De resto, os territórios dos teatros estavam em evolução positiva, ainda que lenta, sem aquela pressa que os ventos da descolonização, os designados ventos da História, exigiam...



Imagem cedida pelo autor



Aspecto da audiência da conferência proferida pelo autor deste artigo, sob o mesmo título.

seus indígenas, brancos e pretos...”

Foi este, de facto, o comportamento ético das Forças Armadas durante a Guerra Colonial até ao momento em que, num rasgo de audácia, um grupo dos seus combatentes se fez ouvir contra o poder que tanto servira e que não utilizava o seu sacrifício para, em consenso e boa harmonia, enveredar por outro caminho para prosseguir.

O pensamento militar, que eticamente respondera na hora própria ao insulto duma Subversão generalizada, soube efectivamente perante a passividade do poder político, ainda que talvez tardiamente, devotar-se aos

Além disso” a presença e a acção moralizadora das tropas iria estimular e harmonizar contactos com os

anseios então manifestados por toda uma Nação já cansada de luta e sacrifícios. □

Saj. J. Cordero

EXÉRCITO
RECRUTAMENTO

900 ANOS DE HISTÓRIA

A CARREIRA QUE PROCURAS
UM DESAFIO UMA OPORTUNIDADE

www.exercito.pt
recrutamento@mail.exercito.pt
800 20 12 74